

VIA DA APROVAÇÃO

@palestranteluanlima

SIMULADO PRESENCIAL - ALTO RENDIMENTO
Técnico do Seguro Social (INSS)

19/07/2026 - Salvador-BA - Caderno de Prova, Tipo 001

Nome do candidato	Nº de inscrição	Nº do caderno
		TIPO 001
Nº do documento	Assinatura do candidato	

PROVA

P1 - Conhecimentos Básicos: 50 itens
P2 - Conhecimentos Específicos: 70 itens

VOCÊ DEVE

- Conferir se este caderno contém 120 itens.
- Julgar cada item como CERTO ou ERRADO.
- Marcar somente um campo por item na folha de respostas.
- Entregar a folha de respostas ao término da prova.

ATENÇÃO

- Duração total: 3 horas e 30 minutos.
- Use caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
- Não será permitida consulta, comunicação entre participantes ou uso/porte de eletrônico.
- Marcação dupla ou em branco vale 0 ponto; resposta divergente do gabarito vale -1 ponto.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

+1,00 ponto por resposta correta | -1,00 ponto por resposta incorreta | 0,00 ponto em branco ou com marcação dupla
Mínimos de referência do edital de 2022: 10 pontos em P1, 21 pontos em P2 e 36 pontos no conjunto.

Frase para transcrição na Folha de Respostas:
Disciplina e constância aproximam o candidato da aprovação.

Atividade pedagógica privada e independente, sem vínculo com o INSS ou com o Cebbraspe.

CONHECIMENTOS BÁSICOS**Língua Portuguesa****Texto I - para os itens 1 a 6**

O progressivo processo de digitalização dos serviços públicos e a correlata introdução de algoritmos de inteligência artificial na seara da proteção social - fenômeno contemporaneamente cunhado como "burocracia de nível de tela" - têm provocado uma sutil, porém profunda, metamorfose nas dinâmicas de reconhecimento de direitos. Se, por um lado, a automação promete a erradicação de passivos e a otimização dos fluxos procedimentais, por outro, a desumanização do atendimento oblitera as idiosincrasias fáticas que caracterizam as populações em situação de extrema vulnerabilidade. A exclusão digital digitaliza a própria exclusão social. Diante de um sistema parametrizado por comandos binários rígidos, a discricionariedade mitigada do agente público é substituída pela infalibilidade presumida da máquina, alijando o cidadão do debate dialético e transformando o processo administrativo em um rito de passagem hermético, cuja chave de decodificação permanece inacessível aos hipossuficientes.

1. Infere-se do Texto I que a transição da tradicional burocracia de balcão para a burocracia de nível de tela promove uma democratização assimétrica, na qual a eliminação de entraves formais e de passivos procedimentais opera em detrimento da capacidade de o sistema processar as particularidades concretas dos indivíduos vulneráveis.

C () E ()

2. No Texto I, o vocábulo "contemporaneamente" funciona como adjunto adverbial de tempo e vincula-se semanticamente ao particípio "cunhado", indicando quando a expressão "burocracia de nível de tela" passou a ser empregada.

C () E ()

3. Na oração "cuja chave de decodificação permanece inacessível aos hipossuficientes", o termo "aos hipossuficientes" exerce a função sintática de complemento nominal do adjetivo "inacessível", sendo o emprego da preposição "a" uma exigência estrita da regência nominal desse adjetivo.

C () E ()

4. A correção gramatical do Texto I seria mantida se o trecho "Se, por um lado, a automação promete a erradicação de passivos e a otimização dos fluxos procedimentais" fosse reescrito da seguinte forma: Dado que, por um lado, a automação promete a erradicação de passivos e a otimização dos fluxos procedimentais.

C () E ()

5. As palavras "país", "bússola" e "atendimento", caso recebessem os mesmos sufixos derivacionais que originaram, no Texto I, os vocábulos "digitalização" e "otimização", deveriam ser grafadas, respectivamente, como paisagem, bussolar e atencioso.

C () E ()

6. No trecho "idiosincrasias fáticas que caracterizam as populações em situação de extrema vulnerabilidade", a substituição de "as populações" por "às populações" acarretaria erro de regência, pois o verbo "caracterizar", nesse contexto, é transitivo direto.

C () E ()

Texto II - para os itens 7 a 12

A redação de atos oficiais expedidos pelas autarquias federais deve pautar-se pela estrita observância dos princípios que regem a Administração Pública, materializando o Padrão Ofício. A impessoalidade, nesse diapasão, exige que a comunicação esteja isenta de impressões individuais de quem a redige, de modo que o foco resida invariavelmente no objeto do expediente. Ademais, a concisão, longe de caracterizar-se como mera redução mecânica do número de palavras, constitui a arte de transmitir o máximo de densidade informativa com o mínimo de redundância sintática. O emprego do jargão técnico é legítimo quando estritamente necessário à precisão conceitual do ato, mas o abuso de construções rebuscadas atenta contra a clareza e a inteligibilidade do texto, princípios basilares que asseguram o controle social dos atos administrativos.

7. De acordo com as premissas do Padrão Ofício discutidas no Texto II, a impessoalidade na redação de correspondências oficiais desautoriza o uso de pronomes de tratamento de alto nível hierárquico, visto que estes personalizam o destinatário e quebram a neutralidade exigida no trato público.

C () E ()

8. O termo “basilares”, no Texto II, funciona sintaticamente como adjunto adnominal do substantivo “princípios” e com ele concorda em número.

C () E ()

9. Na frase “de modo que o foco resida invariavelmente no objeto do expediente”, a locução conjuntiva “de modo que” introduz uma oração subordinada adverbial que expressa uma ideia de causa em relação à oração matriz.

C () E ()

10. A supressão da vírgula imediatamente após o vocábulo “Ademais” não comprometeria a correção gramatical do Texto II, pois a vírgula que isola advérbio curto deslocado no início da oração pode ser facultativa.

C () E ()

11. Os vocábulos “oficiais”, “técnico” e “inteligibilidade” são acentuados graficamente com base na mesma regra de acentuação ortográfica.

C () E ()

12. O fragmento “constitui a arte de transmitir o máximo de densidade informativa” apresenta um desvio de regência verbal, visto que o verbo “constituir” exige a preposição “de” quando seguido de substantivo feminino determinado.

C () E ()

Texto III - para os itens 13 a 15

Toda e qualquer certidão emitida por agência previdenciária goza de fé pública, presumindo-se legítimos e verdadeiros os dados nela insertos. Essa presunção, contudo, é relativa, admitindo prova em contrário por parte do cidadão interessado. Se um servidor público atuar com desídia no preenchimento de tais documentos, omitindo dados essenciais para a concessão de um amparo social, sua conduta configurará desvio funcional apto a ensejar a responsabilização civil e administrativa do Estado, sem prejuízo da persecução penal caso reste configurado o crime de falsidade ideológica.

13. A tipologia textual do Texto III é predominantemente injuntiva, uma vez que o autor estabelece ordens e comandos procedimentais a serem obrigatoriamente seguidos pelos servidores públicos no preenchimento de certidões.

C () E ()

14. No trecho “Sua conduta configurará desvio funcional apto a ensejar a responsabilização”, se o termo “apto” fosse substituído por idôneo, a correção gramatical seria mantida, mas a regência exigiria a alteração da preposição “a” para para com.

C () E ()

15. A expressão “sem prejuízo da persecução penal” exerce a função sintática de adjunto adverbial de concessão no período em que se insere.

C () E ()

Ética no Serviço Público

16. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994) estabelece que a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, de sorte que a vinculação do agir administrativo à utilidade pública impede que o agente, sob o manto da legalidade estrita, pratique ato que afronte o elemento ético da moralidade.

C () E ()

17. Conforme as vedações expressas no Decreto nº 1.171/1994, é terminantemente proibido ao servidor público desviar funcionário para atendimento de interesse particular, contudo, a utilização de sistemas computacionais e informações governamentais não sigilosas para subsidiar estudos acadêmicos privados de terceiros é permitida, desde que não haja prejuízo financeiro direto ao erário.

C () E ()

18. A pena de censura, única sanção de natureza ética aplicável pelas Comissões de Ética instituídas pelo Decreto nº 1.171/1994, poderá ser aplicada de ofício ou mediante provocação, exigindo a norma que a decisão seja formalizada em parecer circunstanciado assinado pela maioria absoluta de seus membros, prescindindo da assinatura do servidor apenado para surtir efeitos funcionais.

C () E ()

19. O Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, regulamentado pelo Decreto nº 6.029/2007, confere à Comissão de Ética Pública (CEP) a competência para atuar como instância revisora, em grau de recurso voluntário, das decisões de censura aplicadas pelas Comissões de Ética Setoriais de entidades da administração indireta, sempre que houver alegação de cerceamento de defesa.

C () E ()

20. Segundo as disposições do Decreto nº 6.029/2007, os processos de apuração de infração ética que tramitam perante as comissões competentes perdem a chancela de sigilo imediatamente após a notificação inicial do investigado, vigendo a partir desse marco processual o princípio da publicidade ampla dos atos instrutórios.

C () E ()

21. O conceito de agente público adotado pelo Decreto nº 6.029/2007 para fins de submissão aos ditames éticos do Poder Executivo Federal exclui os cidadãos que prestam serviços ao Estado de forma transitória e sem qualquer espécie de retribuição financeira, como os mesários eleitorais, cuja conduta é fiscalizada exclusivamente pela Justiça Eleitoral.

C () E ()

Noções de Direito Constitucional

22. A garantia constitucional da inviolabilidade do sigilo das comunicações telefônicas, prevista no artigo 5º da Constituição Federal, pode ser mitigada por ordem judicial, de ofício ou mediante requerimento, tanto para fins de investigação criminal e instrução processual penal quanto para subsidiar processos administrativos disciplinares de demissão de servidores públicos estáveis.

C () E ()

23. Considere que um cidadão português, residente permanente no Brasil, pretenda concorrer ao cargo de Técnico do Seguro Social do INSS. À luz das normas constitucionais vigentes relativas à nacionalidade e aos direitos políticos, referido cidadão poderá assumir o cargo, desde que preenchidos os requisitos legais e haja reciprocidade em favor de brasileiros declarada pelo governo de Portugal.

C () E ()

24. Os direitos sociais previstos expressamente na Constituição Federal de 1988, por ostentarem a natureza de direitos fundamentais de segunda geração, possuem eficácia plena e imediata, gerando para o cidadão um direito subjetivo público de exigibilidade imediata perante o Poder Judiciário, vedado ao Estado invocar a cláusula da reserva do possível para postergar a implementação de políticas públicas habitacionais.

C () E ()

25. A luz do capítulo da Administração Pública na CF/88 (artigos 37 a 41), a proibição de acumulação remunerada de cargos públicos aplica-se a empregos e funções em autarquias e fundações, mas não alcança as sociedades controladas indiretamente pelo Poder Público quando estas exercerem atividade econômica de mercado em regime de livre concorrência.

C () E ()

26. O teto remuneratório aplicável aos servidores públicos da administração direta e autárquica dos Municípios tem como limite referencial e intransponível o subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do respectivo Estado.

C () E ()

27. A estabilidade no serviço público é adquirida pelo servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público após três anos de efetivo exercício, ficando a perda do cargo, após a aquisição desse direito, condicionada à existência de sentença judicial transitada em julgado ou a processo administrativo em que se assegure ampla defesa.

C () E ()

28. As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros usuários do serviço, respondendo, todavia, de forma subjetiva perante terceiros não usuários, em consonância com a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.

C () E ()

Noções de Direito Administrativo

29. O direito administrativo, ramo do direito público que estuda os órgãos, agentes e atividades da Administração Pública, adota como fonte primária e direta a lei em sentido amplo, incluindo a Constituição e as leis ordinárias, ao passo que a jurisprudência e os costumes qualificam-se como fontes secundárias e indiretas, dotadas de força meramente integrativa.

C () E ()

30. O princípio da autotutela confere à Administração Pública a prerrogativa de anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

C () E ()

31. As empresas públicas federais, integrantes da administração indireta da União, possuem personalidade jurídica de direito privado e sua criação opera-se diretamente com a publicação da respectiva lei ordinária específica no Diário Oficial da União, independentemente de registro de seus atos constitutivos em junta comercial.

C () E ()

32. De acordo com a classificação e espécies de agentes públicos, os mesários e jurados enquadram-se na categoria de agentes honoríficos, cidadãos convocados transitoriamente para prestar serviços específicos ao Estado em razão de sua condição cívica, sem que se estabeleça com a Administração um vínculo empregatício ou profissional estável.

C () E ()

33. Na esfera do Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112/1990), a vacância de cargo público decorrerá, entre outras hipóteses, de readaptação, recondução, posse em outro cargo incompatível e redistribuição do cargo efetivo ocupado.

C () E ()

34. O poder de polícia administrativa caracteriza-se pelos atributos da discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade, o que confere à Administração Pública a prerrogativa de aplicar e cobrar coercitivamente multas pecuniárias dos particulares, independentemente de intervenção ou cobrança via Poder Judiciário.

C () E ()

35. Considere que um ato administrativo discricionário editado pelo INSS apresente vício relativo ao elemento competência, por ter sido praticado por autoridade incompetente em razão da matéria. Nessa situação, o ato poderá ser regularmente convalidado pelo titular originário da pasta, operando efeitos retroativos em respeito ao princípio da eficiência.

C () E ()

36. A permissão de serviço público, espécie de delegação contratual bilateral e de natureza precária, pode ser outorgada tanto a pessoas jurídicas quanto a pessoas físicas que demonstrem capacidade técnica e financeira para a execução da atividade por sua conta e risco, mediante prévia licitação obrigatória.

C () E ()

37. À luz das alterações da Lei nº 14.230/2021 à Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), o atraso deliberado e injustificado na prestação de contas por parte de administrador público configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, prescindindo a norma da demonstração de dolo específico para a aplicação das sanções legais.

C () E ()

38. No processo administrativo federal (Lei nº 9.784/1999), a intimação do interessado para ciência de decisão ou efetivação de diligência deve observar o prazo mínimo de antecedência de três dias úteis em relação à data de comparecimento fixada, sob pena de nulidade insanável do ato por cerceamento de defesa.

C () E ()

Noções de Informática

39. Considere que um usuário do Windows 10 pretenda apagar definitivamente um arquivo armazenado no disco rígido local, sem enviá-lo para a Lixeira do sistema. Nessa situação, o comando correto a ser executado sobre o arquivo selecionado é "Shift + Delete".

C () E ()

40. Os programas de proteção do tipo firewall atuam de forma robusta na detecção e eliminação de vírus e worms já instalados na memória volátil do computador do usuário, substituindo com maior eficiência as varreduras heurísticas realizadas pelos softwares antivírus convencionais.

C () E ()

41. No LibreOffice Calc, a utilização do caractere cifrão na fórmula $=\$A\$1+B1$ cria uma referência absoluta para a célula A1, de modo que, se a fórmula for copiada para outra célula da planilha, a referência à célula A1 permanecerá inalterada, enquanto a referência à célula B1 sofrerá ajuste relativo.

C () E ()

42. Os navegadores de internet modernos permitem a navegação em modo anônimo (ou privativo), recurso tecnológico que impede o provedor de acesso à internet e os sites eletrônicos visitados de registrarem o endereço IP do usuário e o histórico de navegação durante a sessão ativa.

C () E ()

43. O protocolo IMAP diferencia-se do protocolo POP3 pelo fato de aquele permitir o gerenciamento e a organização das mensagens de correio eletrônico diretamente no servidor remoto, sem a necessidade de baixar e apagar os e-mails do servidor local de hospedagem.

C () E ()

44. Os ataques virtuais do tipo phishing caracterizam-se pela inserção de códigos maliciosos autorreplicantes em mídias removíveis (como pen drives), os quais infectam o setor de inicialização do sistema operacional (boot) sem que o usuário interaja com páginas falsas ou e-mails suspeitos.

C () E ()

Raciocínio Lógico-Matemático

45. A negação lógica da proposição composta "Se o segurado preencher os requisitos de carência, então ele receberá o benefício previdenciário" é expressa corretamente por: "O segurado preenche os requisitos de carência ou ele não receberá o benefício previdenciário".

C () E ()

46. A proposição expressa por $(P \wedge \neg P) \rightarrow Q$ constitui uma contradição lógica, visto que o valor lógico do antecedente é invariavelmente falso, o que contamina toda a estrutura condicional independentemente do valor atribuído à proposição Q.

C () E ()

47. Considere que em uma agência do INSS trabalhem 40 servidores. Destes, 25 são especialistas em análise de aposentadorias, 20 são especialistas em análise de benefícios por incapacidade e 5 não possuem especialização em nenhuma dessas duas áreas. Nessa situação, o número de servidores especialistas em ambas as áreas equivale a exatamente 10.

C () E ()

48. Se o valor de um benefício previdenciário de um salário mínimo sofreu um reajuste linear de 8% e, no ano seguinte, foi reduzido temporariamente em 8% devido a uma alíquota de custeio extraordinária, o valor final do benefício retornou exatamente ao patamar nominal anterior aos reajustes.

C () E ()

49. A sentença aberta expressa por "Ele é um Técnico do Seguro Social lotado na Gerência de Salvador" qualifica-se como uma proposição lógica simples, visto que apresenta um sujeito determinado, um verbo e um complemento claro.

C () E ()

50. A condicional $P \rightarrow Q$ é logicamente equivalente à sua contrapositiva, expressa por $\neg Q \rightarrow \neg P$, bem como à disjunção inclusiva representada por $\neg P \vee Q$.

C () E ()

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Seguridade Social: organização, princípios e evolução

Texto IV - para os itens 51 a 60

A Seguridade Social no Brasil, erigida pela Constituição Federal de 1988 como um modelo integrado de bem-estar, reflete a transição de um sistema eminentemente securitário para uma rede de proteção social pautada pela solidariedade universal. O financiamento desse aparato, estruturado no artigo 195 da Carta Magna, impõe obrigações a toda a sociedade, operando mediante receitas decorrentes dos orçamentos dos entes federados e de contribuições sociais incidentes sobre o trabalho, o consumo e o lucro. Contudo, a sustentabilidade atuarial e financeira do sistema exige um sopesamento constante entre a universalidade do atendimento e a rigidez das fontes de custeio, dinâmica intensificada pelas sucessivas reformas constitucionais que buscaram conter o déficit estrutural e harmonizar as prestações assistenciais, previdenciárias e de saúde com a capacidade contributiva do Estado e dos cidadãos.

51. O modelo integrado de seguridade social adotado pela Constituição de 1988 vincula a concessão das prestações das vertentes da saúde, previdência e assistência social ao prévio recolhimento de contribuições por parte do beneficiário, sob pena de colapso do princípio da solidariedade.

C () E ()

52. O princípio da universalidade da cobertura e do atendimento, mencionado no Texto IV, possui dupla dimensão: a cobertura refere-se aos riscos sociais que o sistema se propõe a proteger (aspecto objetivo), enquanto o atendimento diz respeito à universalidade dos sujeitos protegidos (aspecto subjetivo).

C () E ()

53. À luz do princípio da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços, o legislador ordinário detém ampla discricionariedade para reduzir o valor nominal de um benefício assistencial se houver crise fiscal, desde que mantida a cobertura geográfica do atendimento.

C () E ()

54. O princípio da equidade na forma de participação no custeio impõe que trabalhadores urbanos e rurais contribuam com as mesmas alíquotas incidentes sobre a folha de salários, vedada a diferenciação de bases de cálculo em razão das condições estruturais do trabalho no campo.

C () E ()

55. A União pode instituir, mediante lei complementar, outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social, desde que sejam não cumulativas e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos impostos discriminados na Constituição.

C () E ()

56. A gestão quadripartite da seguridade social assegura a participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados, conferindo caráter democrático e descentralizado à administração do sistema.

C () E ()

57. Historicamente, as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), instituídas pela Lei Eloy Chaves em 1923, caracterizavam-se pela centralização estatal e gestão unificada pelo Ministério do Trabalho, abrangendo todos os operários urbanos do país.

C () E ()

58. Os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), criados na década de 1930, promoveram a transição do modelo de CAPs organizadas por empresas para estruturas organizadas por categorias profissionais, mantendo o financiamento tripartite.

C () E ()

59. A unificação definitiva das categorias profissionais em um único Instituto de âmbito nacional ocorreu com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1966, fundindo os antigos IAPs.

C () E ()

60. O princípio da anterioridade mitigada (ou noventena) veda a exigibilidade das contribuições sociais antes de decorridos noventa dias da data de publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se aplicando a esse prazo a regra da anterioridade do exercício financeiro.

C () E ()

Regime Geral de Previdência Social: segurados, filiação e inscrição

Texto V - para os itens 61 a 70

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS), de filiação obrigatória para os trabalhadores que exercem atividade remunerada na iniciativa privada, assenta-se no binômio contribuição-benefício. A legislação previdenciária estabelece distinções rígidas entre as categorias de segurados obrigatórios - empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso e segurado especial - , associando a cada uma delas obrigações de custeio e critérios de acesso específicos. A precisão no enquadramento dessas categorias perante as agências do INSS é condição de validade para a regular concessão de aposentadorias e auxílios, minimizando o risco de fraudes e garantindo o equilíbrio atuarial do sistema.

61. Considera-se segurado obrigatório na qualidade de empregado o trabalhador contratado por uma empresa para prestar serviços de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, sob a subordinação direta do tomador de serviços.

C () E ()

62. O trabalhador avulso caracteriza-se pela prestação de serviços a diversas empresas, com vínculo empregatício, mediante intermediação obrigatória do sindicato da categoria ou do órgão gestor de mão de obra.

C () E ()

63. Enquadra-se como contribuinte individual o ministro de confissão religiosa ou membro de instituto de vida consagrada que receba valores para sua subsistência, independentemente de exercer atividade de magistério em escola mantida pela respectiva entidade religiosa.

C () E ()

64. O segurado especial, categoria que abrange o produtor rural e o pescador artesanal em regime de economia familiar, mantém essa condição mesmo se houver a contratação de empregados por prazo determinado à razão de até 120 homens-dia no ano civil.

C () E ()

65. A filiação do segurado facultativo opera-se a partir do momento em que este manifesta sua vontade no sistema eletrônico do INSS, independentemente do recolhimento de qualquer contribuição financeira posterior.

C () E ()

66. O aposentado pelo RGPS que retornar voluntariamente ao exercício de atividade remunerada sujeita a esse mesmo regime readquire a condição de segurado obrigatório, ficando sujeito às contribuições previdenciárias e fazendo jus a todas as prestações do sistema, inclusive a uma nova aposentadoria por desaposentação.

C () E ()

67. Para o segurado facultativo, a inscrição precede a filiação, que somente se aperfeiçoa com o primeiro recolhimento efetuado sem atraso.

C () E ()

68. O conceito previdenciário de empresa estende-se, por equiparação legal, ao trabalhador autônomo e ao profissional liberal em relação ao segurado que lhes preste serviço remunerado.

C () E ()

69. O empregador doméstico é a pessoa ou família que admite a seu serviço, com finalidade lucrativa, segurado empregado doméstico no âmbito residencial, respondendo individualmente o cônjuge contratante pelas obrigações fiscais.

C () E ()

70. A autonomia científica do direito previdenciário em relação ao direito do trabalho não impede, por si só, a aplicação subsidiária de conceitos trabalhistas quando houver compatibilidade com a legislação e com os princípios previdenciários.

C () E ()

Financiamento da Seguridade Social

Texto VI - para os itens 71 a 85

O financiamento da Seguridade Social envolve uma matriz complexa de obrigações tributárias de natureza previdenciária. O salário de contribuição, base econômica sobre a qual incidem as alíquotas progressivas dos segurados e as alíquotas patronais das empresas, sofreu profundas modificações conceituais com o advento da legislação infraconstitucional e da Reforma da Previdência. A delimitação das parcelas que integram e que não integram essa base de cálculo constitui um dos temas de maior contenda no âmbito da fiscalização exercida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e na análise de carência realizada pelo INSS.

71. O salário de contribuição do segurado empregado e do trabalhador avulso é composto pela remuneração efetivamente percebida durante o mês, em dinheiro ou em utilidades, incluindo as parcelas pagas a título de aviso prévio indenizado.

C () E ()

72. Conforme a tese firmada pelo STF no Tema 985, é legítima a incidência de contribuição previdenciária patronal sobre o valor pago a título de terço constitucional de férias gozadas.

C () E ()

73. As gorjetas recebidas pelo empregado, sejam repassadas pela empresa ou pagas diretamente pelos clientes, integram a remuneração de natureza salarial, compondo o salário de contribuição para fins previdenciários.

C () E ()

74. As importâncias pagas a título de diárias para viagem integram o salário de contribuição pelo seu valor total sempre que excederem o percentual de cinquenta por cento do salário mensal do empregado.

C () E ()

75. Com a Emenda Constitucional nº 103/2019, os ganhos habituais do empregado, sob a forma de utilidades, foram expressamente excluídos do salário de contribuição, passando a incidir contribuição previdenciária apenas sobre valores pagos em pecúnia.

C () E ()

76. O limite mínimo do salário de contribuição para todas as categorias de segurados do RGPS corresponde ao valor do salário mínimo nacional, sendo vedada a fixação de piso inferior mesmo para o trabalhador em regime de jornada parcial.

C () E ()

77. As competências em que o segurado empregado recolher contribuição sobre valor inferior ao limite mínimo do salário de contribuição não serão computadas para fins de carência ou tempo de contribuição, salvo se houver complementação, agrupamento ou utilização de excedentes.

C () E ()

78. A arrecadação e a fiscalização das contribuições sociais incidentes sobre o faturamento (COFINS) e o lucro (CSLL) das empresas constituem competência administrativa do INSS, que atua em conjunto com a Receita Federal na cobrança dos créditos.

C () E ()

79. A obrigação da empresa de arrecadar e recolher a contribuição previdenciária devida pelos segurados empregados a seu serviço deve ser cumprida até o vigésimo dia do mês subsequente ao da competência, prorrogando-se o prazo para o primeiro dia útil seguinte se não houver expediente bancário.

C () E ()

80. O recolhimento de contribuições previdenciárias fora do prazo legal sujeita o devedor à incidência de juros de mora calculados pela taxa SELIC, além de multa de mora calculada sobre o valor do débito atualizado.

C () E ()

81. O prazo decadencial para a constituição dos créditos previdenciários por parte da fiscalização federal é de cinco anos, regendo-se pelas normas do Código Tributário Nacional, em face da declaração de inconstitucionalidade dos prazos decenais outrora previstos na Lei nº 8.212/1991.

C () E ()

82. No crime de sonegação de contribuição previdenciária, extingue-se a punibilidade se o agente, espontaneamente, declarar e confessar os valores e prestar as informações devidas antes do início da ação fiscal.

C () E ()

83. Das decisões administrativas proferidas pelo INSS que versem sobre a cobrança e o lançamento de contribuições previdenciárias em atraso cabe recurso para o Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), instância que detém o monopólio da revisão de créditos previdenciários.

C () E ()

84. O auxílio-alimentação pago ao empregado em pecúnia integra o salário de contribuição, ao passo que o benefício fornecido in natura ou por meio de tíquetes, desde que a empresa esteja inscrita no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), fica excluído dessa base de cálculo.

C () E ()

85. As alíquotas de contribuição dos segurados empregados, empregados domésticos e trabalhadores avulsos são progressivas e incidentes de forma escalonada sobre as faixas salariais, conforme modelo introduzido pela EC nº 103/2019.

C () E ()

Plano de Benefícios e legislação especial

Texto VII - para os itens 86 a 105

O Plano de Benefícios da Previdência Social (Lei nº 8.213/1991) estabelece a cobertura dos riscos de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, maternidade, encargos familiares e morte. A concessão dessas prestações pressupõe o preenchimento de requisitos específicos de carência e qualidade de segurado, além da delimitação precisa da renda mensal inicial por meio do cálculo do salário de benefício. As alterações paramétricas e estruturais promovidas pela Reforma da Previdência redesenharam as regras de acesso e as fórmulas de cálculo, impondo aos segurados novas exigências para o reconhecimento de seus direitos.

86. O rol de dependentes da primeira classe compreende o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido, cuja dependência econômica em relação ao segurado deve ser comprovada por meio de no mínimo três documentos contemporâneos.

C () E ()

87. A existência de dependentes habilitados na classe dos pais (Classe II) exclui do direito às prestações previdenciárias os dependentes integrantes da classe dos irmãos (Classe III), mantendo-se a concorrência de valores apenas entre membros da mesma classe.

C () E ()

88. O período de carência para o benefício de auxílio por incapacidade temporária é de doze contribuições mensais, ficando o segurado isento desse cumprimento se a incapacidade decorrer de acidente de qualquer natureza ou de doença profissional.

C () E ()

89. O salário-maternidade devido à segurada contribuinte individual e à facultativa exige o cumprimento do período de carência de dez contribuições mensais, reduzindo-se esse prazo de forma proporcional em caso de parto antecipado.

C () E ()

90. O cálculo do salário de benefício de todas as aposentadorias do RGPS, após a EC nº 103/2019, adota a média aritmética simples de oitenta por cento dos maiores salários de contribuição atualizados desde julho de 1994.

C () E ()

91. Após a EC nº 103/2019, a aposentadoria por incapacidade permanente não acidentária parte de 60% da média, com acréscimos por tempo de contribuição, enquanto a incapacidade decorrente de acidente do trabalho, doença profissional ou doença do trabalho gera coeficiente de 100% da média.

C () E ()

92. O reajustamento do valor dos benefícios previdenciários em manutenção é realizado anualmente para preservar-lhes o valor real, utilizando-se como indexador obrigatório o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

C () E ()

93. Mantém a qualidade de segurado (período de graça), sem limite de prazo, o cidadão que estiver em gozo de qualquer benefício previdenciário do RGPS, incluindo-se nessa hipótese o recebimento do auxílio-acidente.

C () E ()

94. O prazo padrão de doze meses de manutenção da qualidade de segurado após a cessação das contribuições é prorrogado por mais doze meses se o trabalhador comprovar a situação de desemprego involuntário mediante registro no órgão competente do Ministério do Trabalho.

C () E ()

95. O auxílio-acidente, por possuir natureza nitidamente indenizatória e complementar, pode ser livremente acumulado com qualquer modalidade de aposentadoria paga pelo RGPS, desde que o fato gerador da lesão seja anterior à concessão do jubileamento.

C () E ()

96. O salário-família é o benefício devido mensalmente ao segurado empregado, inclusive o doméstico, e ao trabalhador avulso, na proporção do número de filhos menores de quatorze anos ou inválidos, desde que o salário de contribuição do trabalhador seja inferior ou igual ao limite de baixa renda fixado em lei.

C () E ()

97. O auxílio-reclusão é devido aos dependentes do segurado de baixa renda recolhido à prisão em regime fechado ou semiaberto, sendo o seu valor calculado com base na média dos salários de contribuição do recluso, vedado que ultrapasse um salário mínimo.

C () E ()

98. O serviço social, como prestação previdenciária, tem por objetivo prestar ao segurado e aos seus dependentes esclarecimentos junto à Previdência Social, priorizando os beneficiários sob processo de reabilitação profissional.

C () E ()

99. A pensão especial devida às vítimas da Síndrome da Talidomida (Lei nº 7.070/1982) é um benefício de natureza vitalícia, intransferível e acumulável com o auxílio por incapacidade temporária decorrente da mesma patologia.

C () E ()

100. A pensão especial das vítimas de hemodiálise de Caruaru (Lei nº 9.422/1996) e a pensão vitalícia do Césio 137 (Lei nº 9.425/1996) são benefícios personalíssimos pagos pela União, cujos recursos decorrem diretamente das contribuições sociais incidentes sobre o lucro líquido das empresas.

C () E ()

101. O anistiado político que receba a prestação mensal, permanente e continuada nos termos da Lei nº 10.559/2002 pode acumular referida verba indenizatória com os proventos de aposentadoria excepcional de anistiado outrora concedida pelo RGPS.

C () E ()

102. A Lei nº 15.156/2025 assegura pensão especial, mensal e vitalícia à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika durante a gestação.

C () E ()

103. A pensão especial devida às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (Lei nº 11.520/2007) possui natureza indenizatória e vitalícia, gerando direito à transferência do valor integral aos dependentes sob a forma de pensão por morte.

C () E ()

104. O início do pagamento da pensão por morte retroagirá à data do óbito do segurado sempre que o benefício for requerido pelos dependentes habilitados menores de dezesseis anos no prazo de até cento e oitenta dias após o falecimento.

C () E ()

105. O salário-maternidade devido à segurada empregada doméstica é pago diretamente pelo INSS, dispensado o cumprimento de carência, correspondendo o seu valor à sua última renda mensal de trabalho observados os limites do teto do RGPS.

C () E ()

Assistência Social, contagem recíproca e regimes previdenciários

Texto VIII - para os itens 106 a 120

A Assistência Social e a articulação entre os diferentes regimes previdenciários compõem a rede de fechamento da Seguridade Social. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), regulado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), materializa a garantia constitucional de um salário mínimo à pessoa com deficiência e ao idoso em extrema vulnerabilidade. Paralelamente, as regras de contagem recíproca e compensação previdenciária viabilizam a circulação dos trabalhadores entre o setor privado (RGPS) e o setor público (RPPS), salvaguardando o histórico contributivo do indivíduo e rateando os custos financeiros correspondentes entre as entidades federativas tomadoras dos serviços.

106. O Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) qualifica-se como prestação previdenciária não contributiva, integrando o rol de coberturas do INSS e gerando para o beneficiário o direito ao recebimento do abono anual (décimo terceiro salário).

C () E ()

107. A condição de deficiência exigida para a concessão do BPC/LOAS pressupõe impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais devem produzir efeitos restritivos pelo prazo mínimo de dois anos.

C () E ()

108. O auxílio-inclusão, introduzido na LOAS, será pago no valor equivalente a cinquenta por cento do BPC à pessoa com deficiência que passe a exercer atividade remunerada com rendimento de até dois salários mínimos, desde que mantida a inscrição ativa no CadÚnico.

C () E ()

109. Para o cálculo da renda familiar mensal per capita do BPC/LOAS, o valor recebido por outro membro do mesmo lar a título de benefício previdenciário de aposentadoria de valor mínimo ou de outro BPC deve ser obrigatoriamente computado na base de cálculo da vulnerabilidade.

C () E ()

110. A contagem recíproca do tempo de contribuição assegura ao servidor público o direito de computar o tempo de serviço prestado na atividade privada (RGPS) para fins de aposentadoria no RPPS, operando-se a compensação financeira baseada estritamente nas regras do Decreto nº 10.188/2019.

C () E ()

111. Na contagem recíproca, é permitida a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) fracionada, o que viabiliza ao segurado utilizar períodos distintos de seu histórico contributivo em diferentes regimes previdenciários, vedada apenas a duplicidade de cômputo do mesmo intervalo temporal.

C () E ()

112. O tempo de serviço fictício, caracterizado por períodos em que houve presunção legal de atividade sem o correspondente recolhimento de contribuição previdenciária, pode ser computado na contagem recíproca entre RGPS e RPPS se for anterior à promulgação da Emenda Constitucional nº 20/1998.

C () E ()

113. A compensação previdenciária entre o RGPS e os RPPS dos Estados e Municípios aplica-se de forma imediata e compulsória a todas as aposentadorias concedidas, independentemente da celebração de convênio ou termo de adesão eletrônico pelo ente federativo.

C () E ()

114. O idoso estrangeiro, residente legal no Brasil, possui direito subjetivo à concessão do BPC/LOAS se demonstrar o preenchimento dos requisitos de idade mínima e miserabilidade, em observância ao princípio constitucional da igualdade.

C () E ()

115. A incapacidade para fins de concessão de BPC à pessoa com deficiência é avaliada por meio de perícia médica e social realizadas por profissionais do INSS, adotando-se o modelo da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF).

C () E ()

116. A contribuição pelas alíquotas reduzidas destinadas ao segurado facultativo de baixa renda e ao segurado especial garante, sem necessidade de complementação, o direito à aposentadoria por tempo de contribuição e à emissão de Certidão de Tempo de Contribuição.

C () E ()

117. A pensão por morte concedida aos dependentes de servidor público vinculada ao RPPS pode ser integralmente acumulada com pensão por morte decorrente do RGPS, sem qualquer espécie de redução ou teto limitador sobre o valor do benefício de menor monta.

C () E ()

118. O segurado em gozo de auxílio por incapacidade temporária, quando insuscetível de recuperação para sua atividade habitual, deve submeter-se ao processo de reabilitação profissional, ficando o benefício suspenso em caso de recusa injustificada.

C () E ()

119. A decadência do direito de a Previdência Social revisar os atos de concessão de benefícios previdenciários opera-se no prazo de dez anos, contado do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação, salvo se comprovada a má-fé do beneficiário.

C () E ()

120. O segurado que exercer atividade sujeita a condições especiais que prejudiquem a saúde faz jus à aposentadoria especial após comprovar a exposição a agentes nocivos químicos, físicos ou biológicos pelo período mínimo de 15, 20 ou 25 anos, exigindo a EC nº 103/2019 a concomitante observância de uma idade mínima ou pontuação de transição.

C () E ()

FIM DA PROVA

Confira se todos os 120 itens foram transcritos para a folha de respostas.

RASCUNHO E ANOTAÇÕES